



**ACÓRDÃO Nº444/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº12002/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Boa Vista do Ramos – SAAE.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Jairo Pimentel dos Anjos (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 679/2022-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Boa Vista do Ramos - SAAE. Exercício de 2019.

*Irregularidade. Multa. Alcance. Determinação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Boa Vista do Ramos - SAAE, referente ao exercício de 2019, de responsabilidade do **Sr. Jairo Pimentel dos Anjos**, Diretor do SAAE – Boa Vista do Ramos e Ordenador de Despesas, à época, nos termos dos arts. 18, II, da LC nº. 06/1991, c/c o art. 1º, II, art. 22, III, alíneas “b” e “c”, todos da Lei 2423/1996 e artigo 188, §1º, III, alíneas “b” e “c”, da Resolução nº. 04/2002.

**10.2. Aplicar Multa** ao **Sr. Jairo Pimentel dos Anjos**, no valor de **R\$ 6.827,19** (seis mil, oitocentos e vinte e sete reais e dezenove centavos), por atos ilegítimo/ antieconômico que resultou em injustificado dano ao erário, com fulcro no art. 54, V da Lei nº 2.423/1996 – LOTCE/AM c/c o art. 308, V da Resolução nº. 04/2002-TCE/AM, em razão das impropriedades correlacionados nos itens de 01 a 09 da Fundamentação do Relatório/Voto, e fixar **prazo de 30 (dias) dias** para que o responsável



**ACÓRDÃO Nº444/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.3. Considerar em Alcance o Sr. Jairo Pimentel dos Anjos, Diretor do SAAE – Boa Vista do Ramos e Ordenador de Despesas, à época, no valor de R\$ 13.118,00 (treze mil, cento e dezoito reais), em razão das impropriedades nº. 03 e 09 da fundamentação deste voto, de acordo com o art. 304, I, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE, c/c o disposto no art. 22, III, alíneas “c” e “d” e §2º, alíneas “a” da Lei Orgânica nº. 2423/1996 – LOTCE/AM, em razão dos débitos demonstrados na fundamentação do Relatório/Voto, devendo o montante ser recolhido no **prazo de 30 (trinta) dias** na esfera Municipal para o Órgão Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Boa Vista do Ramos - SAAE, com a devida comprovação nestes autos (art. 72, III, alínea “a” da Lei nº. 2423/1996 e art. 308, §3º, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE).**

**10.4. Determinar À ORIGEM** que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:

**10.4.1.** Descumprimento dos prazos de envio dos Balancetes Mensais. No decorrer do exercício, quanto da análise do Sistema E-Contas, verificou-se que o SAAE atrasou o envio dos Balancetes, descumprindo a LC nº 06/1991, art. 15, c/c o art. 20, II, com nova redação dada pela LC nº 24/2000 e Resolução TCE nº 13/2015);

**10.4.2.** Indícios de fragmentação de despesas. Serviços prestados no bombeamento de poços por variados credores, constituindo indícios preliminares de fragmentação de



**ACÓRDÃO Nº444/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

despesa;

- 10.4.3.** Abastecimento de veículos que não pertencem ao SAAE. Encontramos despesas com o abastecimento de veículos não oficiais do órgão no exercício;
- 10.4.4.** Ausência de registro dos parcelamentos de dívidas (Energia Elétrica) nos demonstrativos contábeis. Comprometimento da real situação da entidade. Demonstrativos com saldos meramente escriturais não refletindo a real situação econômico-financeira da entidade. Passivos Ocultos;
- 10.4.5.** Ausência de pagamento de concessionários (energia elétrica) exercício de 2019. Conduta identificada desde 2016. Passivo Oculto comprometendo a situação econômico-financeira do ente. Pagamento de juros/multa/atualização monetária decorrentes do inadimplemento do pagamento de energia;
- 10.4.6.** Renúncia de receita. Ausência de iniciativas em requerer os repasses devidos pela Prefeitura ao SAAE (5% dos recursos do FPM). Constatou-se ausência de iniciativa do gestor do SAAE em promover ações para o recebimento dos recursos devidos pela Prefeitura de Boa vista do Ramos ao SAAE;
- 10.4.7.** Ausência de comprovação de retenções e recolhimentos de INSS e FGTS dos prestadores de serviços objeto das contratações (terceirização) na rubrica 3.3.90.36 – Outros serviços de terceiros - pessoa física. Ocorreu que durante os trabalhos de campo não foi apresentado os comprovantes de retenção e recolhimento do FGTS e do INSS dos prestadores de serviços contratados no exercício;
- 10.4.8.** Grupo de contas com saldos que ultrapassam o percentual máximo de 10% fixado para o valor do grupo de contas genéricas. Ocorreu que da verificação dos demonstrativos contábeis constatou-se a rubrica “Outros Créditos e Valores a curto prazo” existente no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial (Anexo 14). Os saldos existentes registram os valores de R\$ 5.844,23 demonstrando, em análise preliminar, a inobservância da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC que trata do percentual máximo de 10% do valor do Grupo de Contas para contas genéricas, de cuja rubrica citada superou o percentual de 51,29% do grupo do Ativo Circulante;
- 10.4.9.** Pagamento de diárias para viagens à Manaus, com fim de ir ao escritório de contabilidade. Constatamos que, mesmo



**ACÓRDÃO Nº444/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

havendo um contrato com a Amazon Contabil Assessoria e Consultoria LTDA – ME, o responsável recebeu R\$ 11.584,00 (onze mil, quinhentos e oitenta e quatro reais), fora os gastos com transporte, para deslocamento a Manaus com o intuito de resolver problemas junto ao escritório contábil. Ora, considerando que a documentação não pode sair do Município, restou sem justificativa os deslocamentos à Capital do Estado.

**10.5. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

**11- Ata:** 10ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 29 de Março de 2022.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente, em sessão), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**

Conselheiro-Presidente, em sessão

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira Relatora

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**

Procurador-Geral